

## A problemática na caracterização da classe dos pronomes em língua portuguesa

*The problematic in the characterization of the class of the pronouns in Portuguese language*

Tatiana Maria Silva Coelho LEMSON (SEDUC-CE)  
tatcoelho@uol.com.br

Recebido em: 11 de abr. de 2019.  
Aceito em: 03 de out. de 2019.

LEMSON, Tatiana Maria Silva Coelho. A problemática na caracterização da classe dos pronomes em língua portuguesa, de Machado de Assis. *Entrepalavras*, Fortaleza, v. 10, n. esp., p. 49-64, ago. 2020. DOI: 10.22168/2237-6321-8esp1705.

**Resumo:** O presente artigo faz uma revisão das opiniões de Câmara Jr. (1969) e Lahud (1979) sobre os traços que marcam uma classe de vocábulos denominada pela tradição gramatical e por vários linguistas de pronome. Começamos, assim, com Câmara Jr. discutindo as noções de campo simbólico e campo mostrativo e o papel dos pronomes em sua proposta de classes de natureza morfossemântica. Trabalhamos também com Lahud que, ao iniciar o seu estudo sobre as teorias clássicas dos pronomes, esclarece-nos que sua proposta visa a simplesmente procurar certos pontos de referências conceituais para a organização e a análise dos dados que dispõe sobre a dêixis. Procuramos, portanto, entender o porquê destas teorias não conseguirem ser mais eficientes, uma vez que a classe de vocábulos caracterizadas por elas como sendo pronominal não se encaixa totalmente dentro desses pontos de vista, ou seja, as teorias conseguem somente englobar parte destes vocábulos. Observamos, entretanto, que o ponto em comum entre estas teorias é a utilização da dêixis como marca pronominal.

**Palavras-chave:** Pronome. Dêitico. Vocábulo.

**Abstract:** The present article aims to reviews the opinions of Câmara Jr. (1969) and Lahud (1979) on the traits that mark a specific class of words called pronoun by several Traditional Grammars and linguists. We begin, therefore, with Câmara Jr. discussing the notions of symbolic field and demonstrative field and the role of pronouns in their proposal of classes of morpho-semantic nature. We also work with Lahud who, in beginning his study of the classical theories of pronouns, makes clear that his proposal is simply to look for certain points of conceptual references for the organization and analysis of the data that he has on deities. We therefore try to understand why these theories cannot be more efficient, since the class of words characterized by them as being pronominal does not fit totally within these points of view, that is, theories manage to only include part of these words. We note, however, that the point in common among these theories is the use of dexis as a pronominal mark.

**Keywords:** Pronoun. Deixis. Word.

## Introdução

Em nosso artigo, fizemos uma análise crítica, com base em Câmara Jr. (1969) e Lahud (1979), sobre o que caracteriza o pronome, pois o *status* linguístico deste é muito diferente do que estabelecem os gramáticos, uma vez que ora afirmam que nada mais são que substitutos do nome (cf. ALMEIDA, 1979; CUNHA, 1983), ora que se reportam às pessoas do discurso (cf. BECHARA, s/da; BECHARA, 1999). Pontos de vista que estão longe de dar sequer um vislumbre sobre o assunto como daremos a conhecer.

Principiaremos, logo, com Câmara Jr. discutindo as noções de campo simbólico e campo mostrativo e o papel dos pronomes em sua proposta de classes de natureza morfossemântica. Em seguida, trabalharemos com o ponto de vista de Lahud que, ao iniciar o seu estudo sobre as teorias clássicas dos pronomes, esclarece-nos que sua proposta visa a simplesmente procurar certos pontos de referências conceituais para a organização e a análise dos dados que dispõe sobre a dêixis.

No intuito de garantir esse seu objetivo, Lahud, no primeiro momento, examina algumas definições clássicas do pronome em geral, tendo como enfoque as diferentes caracterizações dos pessoais e dos demonstrativos. Em um segundo momento, são trabalhadas as teorias contemporâneas de Frege (1971), Peirce (1931) e Jespersen (1964).

Dentro do que é exposto pelos dois linguistas, depreendemos que a noção de dêixis leva a profundas reformulações na concepção de Câmara Jr. sobre a classe dos pronomes, uma vez que não se mantém unívoca nem precisa. Uma das reformulações se baseia no fato de que os pronomes dêiticos são signos complexos, símbolo/índices e não se resolvem na simples inclusão do campo mostrativo, como fez Câmara Jr. (1969).

## Da noção de dêixis

Procurando entender a relação entre a dêixis e a chamada classe de pronomes, faremos um apanhado das posições de importantes autores a respeito do assunto. Primeiramente, trabalharemos com Câmara Jr. (1969), depois nos deteremos na síntese de Lahud (1979) a respeito do assunto. Este último autor faz um balanço da tradição clássica e passa em seguida a rever posições mais modernas, como a de Frege, Peirce e Jespersen. Estudamos estes autores em seção separada.

## A diferença entre campo simbólico e campo mostrativo: a proposta de Câmara Junior

Antes de nos lançarmos à análise da teoria de Câmara Jr. (1969) sobre os pronomes, faremos um pequeno passeio na sua proposta de classes de vocábulos para Língua Portuguesa.

Com o propósito de estabelecer o que chama espécies de vocábulos, o autor propõe três classes: nome, pronome e verbo, de natureza paradigmática, baseadas em critério morfossemântico, embora, às vezes, com predominância apenas do morfológico ou do semântico, acentue-se.

Verificamos, contudo, que substantivo, adjetivo e advérbio são tratados pelo autor, na linha de Jespersen (1933), como funções de natureza sintagmática pertinente.

Há, também, para Câmara Jr. os vocábulo-morfemas que são caracterizados como morfemas de relação ou morfemas categóricos, estando entre os morfemas de relação as preposições e conjunções, e entre os morfemas categóricos, os de gênero e número. Em nosso trabalho, deter-nos-emos, de início, nas classes axiais, nome e verbo, procurando diferenciá-las para em seguida tratarmos da classe dos pronomes.

Desta forma, frisamos que, para Câmara Jr., as classes axiais teriam como pontos de diferenciação a presença do aspecto dinâmico, no caso dos verbos, e a do aspecto estático, no caso dos nomes. Daí a distinção fundamental entre frases nominais e frases verbais:

As primeiras, que consistem na atribuição de um ser a outro, não há propriamente verbo, porque não há o sentimento da manifestação dinâmica de um processo. Se aparece uma forma verbal, é a título de ligação, ou CÓPULA, entre as duas coisas (cf. “Pedro é bom”, em confronto com – “Pedro anda”) (CÂMARA JR., 1969, p. 151).

A distinção entre estático e dinâmico, portanto, está ligada diretamente à questão da forma como se apresentam as palavras dessas duas classes. Para caracterizar esse seu ponto de vista, o autor cita A. W. de Grot:

Um signo lingüístico, e conseqüentemente também a palavra, é, em virtude de sua essência e definição, uma unidade de forma e sentido (ing. *meaning*). O sentido não é qualquer coisa de independente, ou, mais particularmente, não é apenas um conceito; conjuga-se a uma forma. O termo sentido só pôde ser definido com o auxílio do conceito forma (CÂMARA JR., 1969, p. 151).

Ao explicar as diferenças entre as duas classes, nome e verbo, a partir do aspecto expresso por estas, Câmara Jr. considera que a diferença semântica entre as classes trabalhadas está no fato de que o nome representa “coisas”, já o verbo “processos”. Assim, temos de volta o velho conceito da gramática tradicional que caracteriza também os nomes como seres e os verbos como processos. Tanto o linguista como os gramáticos tradicionais não deixam claro, no entanto, o que seria esse ser, tornando tal caracterização falha, se trazida à luz da ciência.

Câmara Jr. empenha-se, contudo, em rebater as críticas feitas a essa sua definição, afirmando que os autores que rejeitam sua posição têm como base de sua argumentação a filosofia, não a linguística. Entretanto, ao caracterizar o nome e o verbo como seres e processos, faz um corte no mundo biossocial, lançando mão, então, dos conceitos filosóficos, pois não há nenhuma possibilidade de definir linguisticamente o que é o ser e o que é o processo. Reproduzimos o argumento:

A definição tem sido rejeitada pelo argumento filosófico (não, um argumento lingüístico) de que não é possível separar os seres e os processos. Alegou-se até que nomes, como em português, *viagem*, *juízo* ou *consolação*, são processos ou até, mais estritamente, atividades. A resposta é que êsses vocábulos são tratados na língua como nomes e associados a coisas. A interpretação filosófica profunda não vem ao caso. Trata-se, como se assimilou logo de início neste livro, daquela lógica, ou compreensão, intuitiva que permeia toda a vivência humana e se reflete nas línguas (...) (CÂMARA JR., 1970, p. 68).

Na citação anterior, a exemplificação das palavras *viagem*, *juízo* ou *consolação* como nomes e não verbos do ponto de vista semântico é, para nós, inconsistente, uma vez que os referidos nomes são associados inequivocamente a processos e não a seres ou coisas, mesmo numa perspectiva de senso comum, não-fisiológico.

A terceira classe considerada pelo estudioso, a classe dos pronomes, é diferenciada da classe dos nomes pela circunstância de exprimir um “ser” (aspas do autor) dentro de uma determinada situação linguística, não exprimindo o próprio ser<sup>1</sup>:

Em outros termos, o seu significado é apenas a relação estabelecida com as duas pessoas do discurso, ditas PESSOAS GRAMATICAIIS: o falante e o ouvinte (CÂMARA JR., 1969, p. 154).

Adicionalmente, os pronomes podem ter como função indicar o ser no espaço no espaço, desta forma:

O pronome limita-se a mostrar o ser no espaço, visto êsse espaço em português em função do falante: eu, mim, me «o falante qualquer que êle seja», êste, isto «o que está perto do falante», e assim por diante. Também, mòrficamente, inconfundivelmente se distingue do nome, como apreciamos mais de perto no capítulo referente a êle (CÂMARA JR., 1970, p. 68).

Constatamos, então, que os dois tipos de pronomes abordados pelo teórico são os chamados pronomes pessoais, que, na forma reta, geralmente são usados numa frase isolada ou como sujeito de um verbo, por exemplo, *Pedronão virá, ele está doente*; e os chamados demonstrativos, responsáveis por estabelecerem uma relação espacial com as chamadas pessoas gramaticais, por exemplo, *Estas pessoas parecem felizes*, em que *Estas pessoas* não são quaisquer pessoas, apenas aquelas a que estou me referindo num determinado espaço.

Câmara Jr., ainda na busca de diferenciação entre nome e pronome, apoia-se também na definição de Bühler (1934), que, por meio da significação linguística do nome e do pronome, caracterizou o primeiro como relacionado ao campo simbólico e o segundo como relacionado de um campo demonstrativo.

Os pronomes são assim, na sua forma lingüística elaborada e complexa, SINAIS, como aquêles rudimentares que se deparam numa floresta ou numa estrada: indicam em vez de nomear. A eles adere, do ponto de vista semiológico, uma “indicação” em vez de uma “significação” (...). A sua definição foi feita

<sup>1</sup> É admissível igualmente que se tenha conferido especial relevo à classe nominal e seu correlato proformal, o pronome, em virtude de o problema da referência ter sempre sido um problema lingüístico-filosófico e, posteriormente, gramatical fundamental. A compreensão da capacidade humana de nomear sempre interessou prioritariamente os filósofos, os gramáticos e, nos últimos cem anos, os linguistas, reconhecidos como técnicos ou cientistas da língua (CAMPELO, 2007, p. 272).

claramente pelo indo-europeísta norte-americano L. Gray: “Semanticamente, os pronomes diferem dos nomes em serem essencialmente dêiticos. Não designam pessoas, coisas ou conceitos ou qualidades em geral (como fazem os nomes *man, stone, thought, goodness*); mas, sem limitação a uma dada categoria de idéias, denotam um indivíduo específicos de qualquer categoria...” (...) (CÂMARA JR., 1969, p. 155)<sup>2</sup>.

Devemos, igualmente, atentar ao fato de que os pronomes pessoais e os demonstrativos além de terem uma correlação (este – eu/ esse – tu/ aquele – ele), em muitas línguas, possivelmente, apresentam uma relação quanto à origem:

Podemos rastreá-las, aliás, no nosso próprio português ao atentar para a história de *êle*, saído do demonstrativo latino *ille* para designar tôdas as coisas que se acham fora da esfera pessoal do falante e do ouvinte (CÂMARA JR., 1969, p. 155).

Além dos pronomes pessoais e demonstrativos, Câmara Jr. lidou com os indefinidos<sup>3</sup> e os interrogativos. Embora estes pronomes não sejam considerados vocábulos dêiticos, são enquadrados pelo linguista dentro do leque dos pronomes, com base no conceito de dêixis-zero. Tal conceito parece apenas existir para incluir os indefinidos e os interrogativos como pronomes, dado que o próprio Câmara Jr., ao caracterizar os pronomes em seu dicionário, *Dicionário de lingüística e gramática* (1978), declara que é o aspecto dêítico que irá marcá-los:

Podemos dizer que o SIGNO lingüístico apresenta-se em dois tipos – o SÍMBOLO, em que um conjunto sônico representa ou simboliza, e o SINAL, em que o conjunto sônico indica ou mostra (v. símbolo). O pronome (v.) é justamente o vocábulo que se refere aos seres por dêixis em vez de o fazer por simbolização como os nomes (v.) (CÂMARA JR., 1978, p. 90).

Outro importante traço dos pronomes referido por Câmara Jr. é a significação gramatical que estes vocábulos carregam, tornando a sua identificação como morfema ainda mais consistente.

Assim, ao lado de um nome ou em substituição a *êle*, serve para enquadrá-lo numa das categorias por que se rege a formulação lingüística (o que é próprio dos morfemas de categorização) ou para concatená-lo com os demais elementos da frase à maneira de um morfema de relação (CÂMARA JR., 1969, p. 156).

<sup>2</sup> Segundo Campelo (2007), “Câmara Jr. (1977) ignorou a fundação da distinção de Bühler (1950), estendendo a noção de dêixis, como referência exofórica, à classe pronominal” (CAMPELO, 2007, p. 326).

<sup>3</sup> Campelo (2007) considera que, no sentido grayano de dêixis associado à ideia de generalidade, os indefinidos podem ser considerados pronomes.



A classe dos pronomes mantém, conseqüentemente, uma extensão variável de conceito em Câmara Jr. Inferimos isso a partir da leitura de *Estrutura da língua portuguesa* (1970), em que o linguista divide os pronomes em pessoais e demonstrativos, tendo os últimos a função de substantivo, adjetivo e advérbio de lugar.

Ademais, no *Dicionário de linguística e gramática* (1978, s.v. advérbio), Câmara Jr. continua a aceitar como pronominais unicamente os advérbios de lugar, enquanto que os nominais seriam os temporais e os modais, além dos que são utilizados na determinação de um adjetivo, e também os que têm em sua formação a terminação -mente:

Os advérbios de natureza nominal são de duas espécies: 1) palavras nominais específicas, sincronicamente inanalísáveis, - a) para indicar posição no tempo em relação ao momento em que se fala (agora, hoje, ontem, amanhã) ou a um momento em que focalizado (cedo, tarde, antes, depois), podendo ser os dois últimos indicadores de posição no espaço), b) para indicar modalidades que acompanham o processo verbal ou a qualificação adjetiva (apenas); 2) adjetivos - (...) b) constituídos por justaposição do termo mente «maneiras», ficando o adjetivo, se o do tema -o, na forma feminina, em concordância com mente (exs.: belamente, somente, cortesmente) (CÂMARA JR., 1978, p. 42-43).

Contudo, em *História e estrutura da língua portuguesa* (1976), tanto os advérbios de tempo quanto os de lugar são considerados pelo autor pronominais:

Há, em princípios, três tipos básicos de advérbios. Dois são de natureza pronominal por sua função na comunicação lingüística. Destinam-se a situar o evento comunicado no espaço ou no tempo em relação à posição espacial ou temporal do falante; podemos chamá-los, respectivamente, os advérbios locativos e os advérbios temporais (CÂMARA JR., 1976, p. 155).

Constatamos, isto posto, que o problema de tanta oscilação no estudo dos pronomes por Câmara Jr. está na inconsistência da noção de dêixis. Doravante, estudaremos esse fenômeno da língua.

### **A noção de dêixis: a síntese de Lahud**

Lahud (1979), ao iniciar o seu estudo sobre as teorias clássicas dos pronomes, explicita-nos que sua proposta visa a simplesmente procurar certos pontos de referências conceituais para a organização e a análise dos dados que dispõe sobre a dêixis. No intuito de garantir esse seu objetivo, o autor escolheu os pontos de vista a respeito do assunto dos nomes mais importantes do grupo francês dos “gramáticos gerais”.

Inicialmente, são examinadas algumas definições clássicas do pronome em geral, tendo como enfoque as diferentes caracterizações dos pessoais e dos demonstrativos, em seguida, são discutidas as teorias contemporâneas de Frege (1971), Peirce (1931) e Jespersen (1964).

### Os gramáticos franceses do século XII

Na gramática francesa de 1660, os pronomes são vistos como meros substitutos dos nomes e esta substituição dos nomes se deve unicamente a uma questão estilística, a não-repetição dos nomes:

Como os homens eram obrigados a falar sobre as mesmas coisas num mesmo discurso, e era importuno repetir sempre as mesmas palavras, foram inventadas certas palavras para ficar no lugar destes nomes, e que por esta razão foram chamadas pronomes (ARNAULD; LANCELOT, 1969, p. 42-43).

Já no livro *La logique ou l'art de penser* (1970), Arnauld acrescentou um novo capítulo, introduzindo na gramática francesa a teoria que considera os pronomes do ponto de vista de sua significação. Provavelmente, essa consideração está ligada à relação que este autor tinha com os filósofos escolásticos. Neste novo ponto de vista, acredita ser os nomes providos de um conteúdo conceitual próprio, capacitando-o a descrever um objeto. Em oposição a estes, afirma que os pronomes designam de forma “confusa” o objeto, isto é, apenas remetem às “substâncias”.

Na edição da *Logique de Port-Royal* (Livro I, cap.15), num capítulo sobre os demonstrativos cujo título é “Das idéias que o Espírito Acrescenta Àquelas que são Precisamente Significadas pelas Palavras”, as ideias abordadas sobre esse tipo de pronome estabelecem uma ruptura, pois vão de encontro às propostas anteriores de que os pronomes são apenas substitutos do nome, desprovidos de qualquer conteúdo conceitual.

Em vista disso, Port-Royal, ao caracterizar o pronome demonstrativo, assevera que este traz uma ideia geral de coisa presente, apresentando, assim, uma significação extensa, não podendo mais ser visto como mero substituto de um nome. No caso do pronome neutro, a questão da significação descaracteriza-o ainda mais como elemento substituto de um nome, sem conteúdo próprio, pois o pronome neutro possui o seu próprio conteúdo semântico, uma vez que expressa uma qualidade que não pode ser significada por um substantivo:



Vê-se quão longe estamos aqui da definição da *Grammaire*, que fazia do demonstrativo um mero substituto do nome (marcando como se fosse com o dedo as pessoas ou coisa das quais falamos), quanto da ideia avançada na *Logique*, segundo a qual os pronomes só designam, sem descrever, as mesmas ideias que os nomes descobrem ao espírito. De fato, aqui é afirmado do demonstrativo que ele exprime diretamente a ideia geral de coisa presente: o que vale dizer que nesse caso ele não ocupa o lugar de um nome; e também que não se reduz a uma simples representação “confusa” de ideias claramente “descritas” pelos nomes. O demonstrativo neutro possui um conteúdo conceitual que lhe é próprio; ele é o signo de uma “qualidade” que não é significada pelos nomes das “substâncias” as quais a ele se aplica. Por certo, sua significação própria, “a ideia de atributo de coisa presente”, é lata demais “para que o espírito nela se detenha”, e outras ideias virão se juntar a ela a título de complemento (LAHUD, 1979, p. 55).

Interpretamos, dessa forma, que, para Lahud, essa significação extensa encontrada nos demonstrativos em geral também pode ser encontrada nos pessoais. As “pessoas” ou signos pessoais, logo, não são tidos como substitutos de nomes, pois apresentam as marcas diretas do que denominamos certas relações discursivas.

Inclinamo-nos, conseqüentemente, a supor que, na realidade, os pessoais poderiam ter ali figurado ao mesmo título que os demonstrativos, principalmente se pensarmos na análise das pessoas contida, não no capítulo da *Grammaire* consagrada aos pronomes, mas naquele do verbo. Com efeito, assinalamos que aquela análise também não poderia ter sido feita se as “pessoas” estivessem sendo consideradas a partir de uma concepção substitutiva dos pronomes:

(...) pois os signos pessoais não são ali apresentados antes como marcas diretas do que denominamos certas “relações discursivas”. Ora, aquilo a que remetem diretamente esses signos não seria também “geral demais para que o espírito nele se detenha”? E eles não permitiriam, igualmente, que essa generalidade fosse suprimida mediante sua remissão “secundária” às circunstâncias situacionais de sua enunciação? Trata-se pelo menos de uma hipótese, a nosso ver muito plausível, sugerida pela confrontação do texto de Arnauld e Lancelot sobre a “pessoa verbal” com aquele da *Logique* sobre as “idéias que o espírito acrescenta àqueles que são precisamente significadas pelas palavras” (LAHUD, 1979, p. 55-56).

Outro ponto de vista a ser levantado sobre o assunto é de Du Marsais (*apud* Lahud, 1979). Devido ao seu conteúdo demasiadamente geral, propõe que os demonstrativos sejam denominados termos metafísicos ao invés de pronomes. Este estudioso segue a mesma linha de pensamento da *Logique* de Port-Royal. Não obstante,

fornece informações explícitas quanto aos pontos em comum entre os demonstrativos e os pessoais. Em relação à teoria dos pronomes propriamente ditos pessoais, frisamos que o gramático se destacou por ter introduzido a ideia de “pessoa gramatical” na gramática francesa.

Consideramos como significativo também a posição do autor da *Grammaire française sur un plan nouveau*, Buffier (apud Lahud, 1979) sobre o assunto, uma vez que este teórico apresenta uma concepção de pronome bastante diferente das já apresentadas até o momento. Para ele, os pronomes devem vir dentro das classes dos nomes, dado que aqueles também são nomes.

Para Buffier chegar à conclusão de que nomes e pronomes pertencem a mesma classe, é necessário que ele não se interesse pela função substitutiva dos pronomes nem pela sua função propriamente semântica. Desta forma, sedimenta sua teoria a partir da função dos pronomes dentro da proposição.

É claro para nós, conquanto, que, se levarmos em conta a função sintática dos pronomes pessoais, estes realmente poderão ser considerados verdadeiros nomes, havendo, assim, uma separação definitiva entre os pronomes pessoais e os demonstrativos. Porém, de acordo com a caracterização semântica que é predominante nos autores supracitados, ocorre uma forte tendência a separar os nomes dos pronomes.

### **A distinção nome pronome/pronome: a posição de Frege**

Ao abordar a relação significado-referente, Lahud (1979) alude a dois teóricos que têm uma influência permanente na história da filosofia analítica e da linguística contemporânea, Frege (1971) e Saussure (1972). Este último, quando trabalha com o signo linguístico, preocupa-se unicamente com a relação significado-significante, deixando, para trás, o referente. Dessa forma, o chamado conceito ou conteúdo de seu signo não se define por si só, pelo contrário, o significado de um signo tem o seu “valor” baseado nas relações com outros signos do sistema. Por conseguinte, o significado de um termo, para Saussure, está definido de acordo com os pontos negativos do significado dos outros termos do sistema, havendo, logo, uma noção estritamente opositiva, relativa e negativa.

Já o signo, para Frege, é definido conforme a relação entre a proposição e a sua veracidade, que é captada através da utilização do

nome próprio, visto que o nome próprio é todo objeto que apresenta uma realidade singular no mundo extralinguístico.

Observamos ainda que o signo definido por este autor apresenta uma configuração ternária, em que o referente é o nome próprio que indica o objeto (significante) através da descrição que faz deste (sentido), sendo que o referente apenas poderá ser identificado de acordo com a descrição do objeto. O estudioso apresenta, dessa maneira, uma noção positiva em oposição ao significado negativo e relativo de Saussure, como afirma Lahud:

O sentido saussuriano é o produto de uma combinatória puramente semiótica e a problemática do signo – realidade de natureza dupla –, em Saussure, totalmente alheia à da referência. O lógico, ao contrário, visa a linguagem enquanto instrumento de “afirmação”; e é num só movimento que Frege distingue significação e referência depende da significação; mas esta, por sua vez, é definida, digamos, em função do referente (LAHUD, 1979, p. 66).

Quanto aos dêiticos, esses são considerados por Frege uma classe particular de nomes próprios no sentido deste autor. A presença de um dêitico numa proposição causa a “defasagem entre o pensamento lógico e a expressão do pensamento”. Essa defasagem é consequência das proposições com dêiticos não apresentarem um sentido completo, necessitando de uma “representação” de um “portador”.

Lahud não concorda com essa argumentação, considerando que os dêiticos não necessitam de “portador”, uma vez que apresentam um sentido linguístico completo. Se um falante precisa entender o enunciado *Eu quebrei o meu braço*, é necessário apenas que tenha competência linguística. Nomes como *Pedro*, *Marisa* etc. só terão seu sentido compreendido, se houver um acordo anterior, enquanto com os dêiticos, o sentido, no caso coletivo, é fornecido na língua e pela língua.

Mesmo considerando que as proposições com dêiticos não necessitem de “representações”, no sentido de Frege, vale ressaltar que a defasagem entre o sentido e o pensamento lógico ainda existe nessas proposições, e este fenômeno se deve ao caráter coletivo do sentido dos dêiticos. Não é possível, por conseguinte, determinar um objeto singular, ou melhor, um sujeito psicológico sem ter que recorrer às circunstâncias do discurso.

Ora, como salientamos anteriormente, o sentido determinado dessas expressões referenciais que são os dêiticos é tal que seu referente permanece de certa forma indeterminado. Mais precisamente:

(...) indicando uma relação bem determinada entre um “objeto” e as circunstâncias discursivas (indicação constitutiva do sentido constante e preciso dos dêiticos), eles indicam esse próprio “objeto” de maneira indeterminada – no mesmo sentido em que um signo de variável figurando numa fórmula algébrica ou ideográfica é dito por Frege “indicar de maneira indeterminada” (*unbestimmt andeuten*). O referente de um dêitico é um lugar vazio que pode ser ocupado por todos os “particulares” capazes de estabelecer com o ato de fala a relação significada pelo dêitico em questão. E é nessa dependência em que se encontra a determinação exata do “objeto” singular denotado pelos dêiticos face às circunstâncias discursivas (LAHUD, 1979, p. 73).

Entendemos, assim, que a expressão referencial ou identificadora dos dêiticos pode trazer algum tipo de ambiguidade, já que o enunciado de uma expressão referencial apenas cumprirá completamente sua função de identificação, isto é, não apresentará o menor risco de ser interpretado de forma diferente, se o ouvinte estiver em condições de identificar o objeto a partir desse mesmo enunciado.

### **A proposta de Peirce: o pronome como signo complexo**

Lahud, ao trabalhar a caracterização dos dêiticos com base na classificação dos signos, leva em conta as ideias de Peirce (1931), que acredita haver um componente psicológico para apoiar tal caracterização. Segundo este autor, todo signo linguístico é símbolo, ou seja, está sempre relacionado a um objeto de forma arbitrária:

Entre a palavra e a coisa, existe necessariamente um “conceito”, uma “idéia” ou “fundamento de representação”, como diz Peirce, e a designação lingüística passa obrigatoriamente por esses traços gerais associados a cada representante. Vê-se que o que está sendo assim afirmado do símbolo corresponde exatamente ao princípio de Frege segundo o qual a significação é “anterior” à referência e que esta só possível em virtude da significação (LAHUD, 1979, p. 77).

Destarte, o índice é caracterizado por Peirce (1931) como realizador de uma pura designação. O autor usa como argumento para sua teoria a concepção de que entre o índice e a “coisa” não há uma ideia ou expressão do pensamento. A referência, nesse caso, ocorre através de uma “conexão dinâmica” ou “relação existencial” entre o signo, o objeto e o próprio sujeito semiótico.

É mister ainda esclarecer que, ao contrário de outros escritos, Peirce não utiliza a terminologia *type-token* (*type*= signo-tipo, *token*= signo-ocorrência), ao trabalhar com diferentes categorias. Porém, em

relação à distinção entre símbolo/índice, o estudioso afigura ter sido apoiado na diferenciação de *type* e *token*, pois é possível constatar, em sua teoria, as noções de símbolo-ocorrência e do símbolo-tipo. No entanto, não podemos fazer essa distinção com o índice. Desta maneira, Lahud propõe a criação do símbolo-indicador-tipo, cujas ocorrências trazem a significação própria desse símbolo com uma indicação espaço-temporal. Todavia, essa significação própria será atualizada de acordo com o objeto que ela indica.

Essa proposta, então, vai de encontro com a proposta de se ter dêiticos como “palavras com significação constante e referencial variável”, que foi apresentada, aqui neste artigo, por todos os autores que vinculam a noção de dêixis à problemática lógico-filosófica da relação de linguagem com o mundo das coisas. A mudança ou atualização constante da significação de um dêitico, devido aos acréscimos que este angaria de acordo com o enunciado ou situação, é uma falha da teoria símbolo-índice, porquanto leva a pensar que Peirce não está trabalhando apenas com o conceito de dêixis, mas também com o conceito de *shifters*.

### **O enfoque de Jespersen: a questão dos *shifters***

Para se entender a questão da dêixis e a da ostensão, é necessário fazer um paralelo entre a definição de dêixis e de ostensão. Etimologicamente, a dêixis é definida como termo usado para designar a definição de um objeto ou de um signo, reduzindo-se ao ato de mostrar esse objeto a que se aplique, *isto é um lápis, lápis é isto*. Enquanto a ostensão é uma simples designação de significação à qual não corresponde nenhuma significação ligada às propriedades do objeto. Devido à grande similaridade entre essas duas concepções, muitos teóricos acabam por achar que a dêixis, o termo, é simplesmente sinônimo de ostensão<sup>4</sup> ou definição ostensiva.

Na realidade, devemos compreender a ostensão não como algo que particulariza as propriedades, indicando se um elemento é dêitico ou não, pois esta é, antes de tudo, um processo que dá condição a um locutor de assimilar ou de definir os sentidos. Peirce, em sua tese, faz uma grande confusão entre esses dois conceitos, caracterizando como dêiticos termos desprovidos dessa qualidade.

<sup>4</sup> Dentro de uma visão funcionalista, Campelo (2007) considera que há dois tipos de dêixis, a dêixis clássica ou de ostensão, e a textual.

Toda essa discussão nos leva a crer que haveria, assim, duas concepções distintas de dêixis, uma relacionada com as características particulares de um grupo, sendo esta concepção a enfocada por Lahud durante todo o seu trabalho, e a relacionada com o processo de apreensão e definição dos sentidos pelo locutor. Devido à existência dessas duas concepções, é importante tomar cuidado com as afirmações de que algo é dêitico ou se assemelha aos dêiticos. Alertamos sobre isso, pois logo trabalharemos com uma nova classe de signos, considerada equivalente aos dêiticos, na concepção de ostensão, os *shifters*, trazida à tona por Jespersen (1964).

Nesse contexto, é importante destacar que Lahud, no primeiro momento em que se deparou com tal proposta, supõe que Jespersen, para chegar à formulação dessa classe, parte de uma análise tortuosa do que sejam dêiticos, já que não estão claros os critérios utilizados por ele, pois “O que surpreende, logo de saída, na definição dos *shifters* de Jespersen, é o emprego da palavra ‘significação’ ali onde deveríamos, à primeira vista, encontrar ‘referência’ (1979, p. 87)”.

Uma vez que se passe a considerar a existência dos chamados *shifters*, devemos frisar que estes são baseados não apenas em critérios linguísticos, mas, principalmente, em critérios psicológicos:

Dizer que no capítulo onde são definidos os *shifters* trata-se de uma semântica psicológica não é simplesmente supor que observações de ordem psicológica são enunciadas a propósito de signos já caracterizados ‘semanticamente’ e a partir de um outro ponto de vista; mas é antes constatar que os signos ali se encontram caracterizados a partir de critérios psicológicos: pois somente assim se justificam o recorte linguístico e o esboço de classificação operados por Jespersen (LAHUD, 1979, p. 90).

É sugerida, então, a ideia da etiquetagem de objetos, em outras palavras, os *shifters* são etiquetas, podendo associá-los a diferentes “coisas”. Por um referencial apresentar significados bastantes variáveis, as etiquetas, os *shifters* demoram a ser apreendidos pelas crianças. Inferimos que, ao contrário do que acontece com os signos que apresentam características particulares de uma classe de dêiticos, os *shifters* não mudam de referencial, e sim um referencial, “coisa” ou objeto, pode ter várias significações, etiquetas. Os *shifters* não são, no entanto, uma classe cujos limites são facilmente demarcados, ou mesmo, não há limites para tal grupo como mostra esta passagem:



E qualquer tentativa de fornecer exata precisão à extensão dessa classe é votada ao fracasso, posto que tal tentativa pressupõe a possibilidade de se separar aquilo que, na base da caracterização dos shifters se encontra entrelaçado e se indetermina: a saber, as propriedades “semânticas” dos signos e a maneira como eles se apresentam no processo de aquisição para o sujeito psicológico (LAHUD, 1979, p. 92).

Assim sendo, o que há de comum entre os *shifters* e os dêiticos é a relação que estes têm com uma “coisa” real, denominando-a, sem, entretanto, particularizar nenhuma propriedade desta “coisa” ou objeto. Destacamos, mais uma vez, que a concepção de dêixis que se faz comparar com a dos *shifters* é a de ostensão, ou seja, que é, antes de tudo, um processo que dá condições a um locutor de assimilar ou de definir sentidos.

## Conclusão

Do exposto, constatamos que a noção de dêixis leva a profundas reformulações na concepção de pronome de Câmara Jr., que, como vimos, não se mantém unívoca nem precisa. Depreendemos, então, que os portadores de dêixis, que são alguns pronomes, e não todos os consagrados pela tradição, têm um significado fixo e constante, definido na língua e pela língua e nisto diferem dos assim chamados nomes próprios, que se submetem plenamente a um acordo prévio entre os falantes no que tange a sua aplicação referencial. *Eu* quer dizer “pessoa que fala”, *tu*, “pessoa que ouve”. O significado de língua, em vista disso, os prepara para as ilimitadas aplicações discursivas, para o rol ilimitado dos referentes, que são variáveis. Já nomes como *Pedro* e *Maria* não têm significado de língua, pelo menos, preciso. Sabemos somente que são aplicáveis a pessoas as quais são plenamente difundidas na denotação.

Depreendemos também que os pronomes dêiticos são signos complexos, símbolo/índices e, por conseguinte, não se resolvem na simples inclusão do campo mostrativo, como fez Câmara Jr. (1969), nem são desprovidos de significado, reduzidos, logo, à condição de morfema. Em suma, a distribuição entre campo simbólico e campo mostrativo simplifica demais as questões dos dêiticos, uma vez que eles possuem significado lexical definido no acervo da língua, desde que não se confunda tal significado com a noção de referência nem sejam tratados como meros morfemas, como alguns estudiosos, assim, o fizeram.

Esperamos, em outro momento, chegar a uma caracterização dos pronomes que responda às interrogações deixadas pelas teorias de Câmara Jr. e Lahud.

## Referências

- ALMEIDA, Napoleão Mendes. **Gramática metódica da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão, 1970.
- ARNOULD et LANCELOT. **Grammaire générale et raisonnée**. Paris: Republications Paulet, 1969.
- ARNOUL et NICOLE. **La logique ou l'art de penser**. Paris: Flammarion, 1970.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. Rio de Janeiro: Lucena, 1999.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. São Paulo: Nacional, s/d.
- CAMPELO, Kilpatrick Müller Bernardo. **O estatuto conceitual e funcional das proformas**. Pronome: protótipo das proformas. 2007. 405f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de Letras Vernáculas, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza, Ceará, 2007.
- CUNHA, Celso Ferreira da. **Gramática contemporânea da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão, 1983.
- BÜHLER, Karl. **Teoría del Lenguaje**. Madrid: Espasa, 1934.
- CÂMARA, Mattoso Jr. **Princípios de lingüística geral**. Rio de Janeiro: Vozes, 1969.
- CÂMARA, Mattoso Jr. **Estrutura da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Vozes, 1970.
- CÂMARA, Mattoso Jr. **História e estrutura da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Vozes, 1976.
- CÂMARA, Mattoso Jr. **Dicionário de lingüística e gramática**. Rio de Janeiro: Vozes, 1978.
- FREGE, G. **Sens et dénotation. Ecrits logiques et philosophiques et philosophiques**. Paris: Seuil, 1971.
- JESPERSEN, Otto. Cases-shiftings in the Pronouns. In: LONDON, George Allen & UNWIN. **Selected writings of Otto Jespersen**. Tokyo: Senjo Publishing, 1933.
- JESPERSEN, Otto. **Language, its Nature, Development and Origin**. LONDON, George Allen & UNWIN. Tokyo: Senjo Publishing, 1964.
- LAHUD, Michel. **A propósito da noção de dêixis**. São Paulo: Ática, 1979.
- PEIRCE, C. S. **Collected Papers**. The Belknap Press of Havard University Press, 1931-1935.
- SAUSSURE, Ferdinand de. **Cours de linguistique générale**. Paris: Payot, 1972.